

PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DA CRIANÇA: ALGUNS ASPECTOS RELACIONADOS A QUESTÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA

Thaila Bento de Lima¹
Polyana de Sales Melo²

Universidade Federal do Acre – UFAC
thailalima95.tllb@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho elaborado pelas acadêmicas do 3º período de pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, Thaila Bento de Lima e Polyana de Sales Melo, traz uma discussão acerca de dados coletados a partir de pesquisas bibliográficas realizadas com embasamento nas perspectivas de Gizele de Souza, Tizuko Morchida Kishimoto, Janaina Silmara Silva Ramos e Ana Beatriz Cerisara, formadas na área de educação. Buscamos analisar o processo de ensino aprendizagem e aspectos relacionados a criança, identificando os principais pontos negativos e positivos durante o período que se inicia na educação infantil e perpassa o ensino fundamental. A elaboração do trabalho se deu primeiramente a partir de uma abordagem teórica, utilizando referenciais teóricos utilizados na disciplina de Infância e Pedagogia I ministrada em nossa sala de aula, incluindo abordagens dialogadas e debates sobre o tema. A pesquisa configura-se em um estudo de caso, dialogando com os autores. Com este trabalho é possível verificar aspectos que influenciam na aprendizagem dos alunos, e os aspectos que tangem a escola, sendo estes também fatores cruciais no processo de ensino. Levando em consideração as abordagens como as práticas vivenciadas em sala de aula, espaço e tempo, e a importância do educar e cuidar. Relacionaremos essas questões com as experiências vivenciadas em instituições de ensino privado, buscando as possíveis semelhanças a partir dos referenciais teóricos que serão abordados no decorrer do trabalho.

Palavras-chaves: Criança, ensino infantil, ensino fundamental, estudo de caso e prática.

¹ Autora: Graduanda do 3º período do curso de licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal do Acre-UFAC.

² Coautora: Graduanda do 3º período do curso de licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal do Acre-UFAC.

Introdução

Este trabalho elaborado por estudantes do 3º período de pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, Polyana de Sales Melo e Thaila Bento de Lima, tem por objetivo realizar uma abordagem, a partir de uma pesquisa bibliográfica inicialmente realizada para apresentação de um seminário temático da disciplina intitulada infância e pedagogia, afim de que os discentes tenha um maior contato com bibliografias que remontam à temática e os mesmos pudessem perceber algumas perspectivas de autores tais como Gizele de Souza (2008), Tizuko Morchida Kishimoto (1999), Janaina Silmara Silva Ramos (2011) e Ana Beatriz Cerisara (1999), á respeito da educação infantil. Contribuindo de forma significativa para a formação de profissionais da pedagogia que tal ofício é trabalhar diretamente com a criança, tendo assim a necessidade de uma ampla bagagem teórica.

Diante disso, procuramos conhecer melhor como funciona este ambiente e como este se organiza. Abordando questões como a transição da criança do ensino infantil para o ensino fundamental, a importância do cuidar e educar, as salas de aula, a (des)organização do tempo pedagógico na educação infantil e a autonomia da criança. A pesquisa também leva em conta os motivos de ordem pessoal, as possíveis práticas que podemos observar durante a pesquisa, que farão parte do nosso enriquecimento pessoal, como futuros profissionais da área, inserindo assim, os graduandos de pedagogia no âmbito investigativo. Trazendo para todos nós benefícios que durante todo o decorrer da graduação será importante, pois a visão que tínhamos da escola foi ampliada durante esse estudo.

Metodologia

A elaboração do trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou o referencial teórico em fontes como a plataforma da capes, artigos e monografias referentes ao tema da investigação, no qual foi realizado uma leitura previa dos materiais e selecionados aqueles que mais contribuíam de alguma maneira para a construção do trabalho, trazendo as abordagens de Gizele de Souza, Tizuko Morchida Kishimoto, Janaina Silmara Silva Ramos e Ana Beatriz Cerisara, para uma posterior análise com mais afinco. Fatores como as observações em sala de aula também contribuíram para análises em que destacamos nossa visão diante a realidade das salas de aula vivenciados nos dias atuais, a criança com suas especificidades e características que caracterizam a educação e nossas concepções.

Resultados e Discussões

Apesar de ser temas já amplamente discutidos, as questões dos ensinos tanto na educação infantil, como no ensino fundamental, ainda ganham destaque nos estudos relacionados à criança. Em estudo realizado no texto Educação da infância –estar junto sem ser igual, conflitos e alternativas da relação da educação infantil com o ensino fundamental, de Gizele de Souza (2008), temos as seguintes questões: a relação do ensino infantil com o ensino fundamental, onde se trata de um trabalho que tende a reconhecer as especificidades da educação infantil, a valorização da criança como um ser competente, sofisticado e exigente, envolvendo também a questão das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil que não ganham continuidade no ensino fundamental.

Em cima desses levantamentos, a qualidade de ensino nas séries iniciais ganha investigações e até mobilizações em prol do ensino na educação infantil, após certas denúncias feitas por Rosemberg no Simpósio Nacional de Educação Infantil, sobre a ausência de padrões de qualidade para o sistema público de creches e pré-escolas, o MEC (1997) publicou doze critérios que se configuram como peculiares para esta área, que são:

- Nossas crianças têm direito à brincadeira;
- Nossas crianças têm direito à atenção individual;
- Nossas crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante;
- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza;
- Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde;
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia;
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão;
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos;
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade;
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos;
- Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche;
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (MEC/SEF/COEDI, 1997, p. 11).

Os aspectos a cima mencionados apontam os compromissos com a criança na sua etapa das séries iniciais, apesar dela ser reconhecida como um ser com autonomia, capaz e inteligente, devemos levar em consideração que as técnicas e cuidados desenvolvidos no ensino infantil, deve se perpetuar até sua entrada no ensino fundamental, dando conta de que o processo é muito mais amplo e não se vincula somente as necessidades primárias da criança como (dormir, comer,

tomar banho). As práticas que são feitas nas creches são desvalorizadas e condenadas a partir do momento de chegada da criança ao ensino fundamental.

No ensino fundamental, a criança já não é mais vista como um ser que necessita de cuidados necessários, e as práticas e formas de educar no ensino infantil não condizem mais com a realidade da criança no ensino fundamental, sendo que um dos elos entre a educação infantil e a educação fundamental seja essa visão de um projeto de formação humana, formação essa que ajuda na emancipação das crianças e dos adultos que atuam nessa área, para um ensino de qualidade e bons resultados nessa etapa escolar.

“Entendo também que esse *estar junto* (a educação infantil com as outras etapas da educação básica) pode representar, pelo menos no plano de ações de determinadas instituições educativas brasileiras, uma subserviência de uma etapa à outra, especialmente da educação infantil em relação ao ensino fundamental, devido a vários fatores, entre eles, a recente consolidação da identidade da educação infantil no Brasil e o lugar que o ensino fundamental ocupa socialmente.” (SOUZA, 2008, p.19).

Durante muito tempo foi possível observar que as creches e pré-escolas sofreram uma divisão nos trabalhos desenvolvidos que caracterizavam umas como “assistencialistas” e outras tinham um trabalho “educativo”. O que gerou controvérsias, por conta dessa falsa divisão dos trabalhos. Pois dava-se a entender que as creches assistencialistas não desenvolviam um papel educacional, sendo que de qualquer forma, tinha-se que considerar o caráter educativo presente nas duas linhas de ensino. Tanto na assistencialista, quanto a que se dava por nome de educativa.

“Nesta “falsa divisão” ficava implícita a ideia de que haveria uma forma de trabalho mais ligada às atividades de assistência à criança pequena, as quais era dado um caráter não educativo, uma vez que traziam para as creches e pré-escolas as práticas sociais do modelo familiar e/ou hospitalar e, as outras, que trabalhavam numa suposta perspectiva educativa, em geral trazendo para as creches e pré-escolas o modelo de trabalho escolar das escolas de ensino fundamental.” (CERISARA, 1999, p.12).

Cerisara (1999) aponta em seu texto “Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?”, que as instituições de ensino infantil, tem um papel de desenvolver atividades ligadas ao cuidado e a educação das crianças, a interpretação ruim do que realmente vem a ser pedagógico, graças aos ensinamentos específicos (ensino fundamental), prejudicou as práticas e acabou por trazer para as creches e pré-escolas uma desvalorização em relação ao cuidado com os pequenos. Passaram a “esquecer” que a criança era um ser de direitos, dependente e que necessitava ser educada e cuidada.

“Simplificando um pouco, poderíamos dizer que tínhamos, de um lado, uma importação do modelo hospitalar/familiar e, de outro, uma importação do modelo da

escola de ensino fundamental. Nesta dicotomização, as atividades ligadas ao corpo, à higiene, alimentação, sono das crianças eram desvalorizadas e diferenciadas das atividades consideradas pedagógicas, estas sim entendidas como sérias e merecedoras de atenção e valor.” (CERISARA, 1999, p.13).

Ressaltando o que Cerisara (1999) traz no texto, essa necessidade por instituições de caráter educativo, distintas das famílias, hospitais e espaços escolares, partia da importância em relação aos cuidados instituídos na criança, levando em conta a certa “ausência” da mãe, pelo fato das mesmas já estarem inseridas no mercado de trabalho, com rotinas diárias extensas, o que acarretava que a maior parte do tempo da criança eram nas creches.

Associando ao surgimento da creche, vamos trazer a autora Tizuko Morchida Kishimoto (1999), com o texto, salas de aula de escolas infantis: domínio da fila, tempo de espera e falta de autonomia da criança, a autora aborda uma temática que destaca o espaço da sala de aula e práticas pedagógicas de instituições infantis conhecidas como pré-escolas, destinadas a crianças de 4 a 6 anos.

A criança já foi vista como um ser incapaz, limitado e que eram necessários apoios destinados a ela. Porém nos dias atuais, é considerada um ser que desde o nascimento já possui sua personalidade, manifesta-se e interage tanto com adultos quanto com outras crianças de diferentes idades. Ela é importante e precisa ter autonomia em si, para fazer novas descobertas, aprender com suas próprias experiências e usufruir de sua liberdade de ser criança.

“Ser criança é ter identidade e autonomia, é poder expressar suas emoções, suas necessidades, e formar sua personalidade, é socializar-se em contato com a multiplicidade de atores sociais, é expressar a compreensão do mundo pelas linguagens gestuais, artísticas além da oral e escrita. Ser criança é ter direito a educação, ao brincar, aos amigos, ao conhecimento, mas é principalmente, a liberdade de escolha.” (KISHIMOTO, 1999, p 2).

Kishimoto (1999) destaca a forma como a sala de aula é estruturada, os materiais didáticos, espaço organizado de forma errada e de que forma isso pode prejudicar a criança. Em uma das escolas de sua investigação, retrata a questão das pequenas salas de aula, onde os alunos não podem se locomover, ocasionando certo desconforto devido ao aperto.

“A professora reclama que as crianças não podem se locomover e que não se pode fazer roda de história porque é muito trabalhoso tirar as mesas e cadeiras para iniciar a atividade. Esse é um exemplo de como o espaço físico inviabiliza atividades como roda de história, momento importante na formação do pequeno leitor. Mesmo que ocorra uma atividade livre, com brincadeira, não há espaço para locomoção das crianças.” (KISHIMOTO, 1999, p.3).

Atividades didáticas que poderiam ajudar as crianças a desenvolver suas capacidades e a despertar o interesse dos alunos, são descartadas só pelo fato dos espaços escolares como as salas de aula, serem reduzidos. Tendo em vista, que a ocupação do espaço físico não é neutra. A forma de construção e a disposição das salas têm uma justificativa e refletem a expectativa de comportamento de seus usuários, tendo em vista que esses espaços destinados arquitetônico, expressa uma determinada concepção educativa.

“Não se leva em conta o espaço físico, os materiais e a arquitetura da escola. Os professores necessitam descobrir que” a arquitetura e o cenário onde se desenvolve o conjunto das relações pedagógicas, ampliando ou limitando suas possibilidades. Uma discussão sobre a dimensão arquitetônica é importante em um projeto de escola que se proponha levar em conta as dimensões socioculturais do processo educativo. ” (KISHIMOTO, 1999, p. 6).

A autora aborda também a rotina como uma organização militarizada, no qual as divisões dos alunos é condicionada por fatores como altura, sexo, faixa etária, e séries. O contexto das instituições de ensino em relação a organização das filas, é feita como um artifício para disciplinar os alunos. Destacando também a divisão de meninos e meninas, reproduzindo às diferenças de gênero, influenciando as diversidades na sociedade. “Se a escola é o espaço de reprodução do saber, a reflexão sobre a escola deveria privilegiar o saber e não a separação dos sexos”. (KISHIMOTO, 1999, p.4), além de outras formas de organização dentro do ambiente escolar, como o tempo de espera dos alunos, onde estes momentos são sempre acompanhados de sucessivas repreensões de silêncio. Nota-se que este tempo de espera é determinante nas rotinas, influenciando nas atividades desenvolvidas na sala de aula ou fora dela.

Trazendo para a nossa realidade com base nas abordagens de Kishimoto (1999) essa questão da falta de autonomia da criança e a questão do espaço escolar, pode ser relatado a partir de experiências vivenciadas em uma escola privada na nossa cidade em Rio Branco, Acre, onde nota-se que, apesar das considerações da autora serem de 1999, são práticas que se repercutem até hoje, no ambiente escolar.

A falta de autonomia da criança dentro do contexto escolar, ainda é muito notada. A expressão das crianças nos mostra que nesse ambiente não aparenta mais ser um espaço agradável e levando em conta as séries iniciais, nesse momento de transição do ensino infantil para o ensino fundamental causa um certo “choque “ na criança, pelo fato da criança não ser mais vista como um ser que precisa de cuidados e atenção, nessa transição de ensinosa preocupação maior é a questão da introdução de conteúdos.

Se tratando do material escolar as crianças não tem acesso aos seus materiais escolares, mesmo nessa escola pública em que os recursos são reduzidos, só o professor é que tem autonomia em todos os aspectos dentro da sala de aula o que nos dá essa sensação de vigilância. Os alunos se sentem reprimidos e policiados para fazer qualquer tipo de coisa tendo em vista o olhar do professor. A maioria do tempo distribuído para o ensino só se preocupa em ministrar aulas baseadas nos livros didáticos, o que ocasiona uma rotina que não desperta o interesse da criança e causa o desânimo para frequentar a escola e participar de suas programações diárias.

“Em todas as salas os materiais encontram-se dentro de um armário, trancado, que é aberto, somente quando a professora necessita retirar materiais para atividades com as crianças. Há, sempre, o controle do professor, em todas as atividades propostas e realizadas na sala de aula.” (KISHIMOTO, 1999, p.3).

Um dos exemplos que podemos citar de nossas experiências em sala de aula, destacamos um garoto de 8 anos que fazia um escândalo apelativo para a mãe todos os dias antes de entrar na sala. As professoras tinham que interferir na situação fazendo com que o mesmo entrasse na sala a força. Ele argumentava com choros, que não gostava de estudar. As professoras pareciam não saber lidar com aquela situação, tentavam estimulá-lo com brincadeiras, massinha de modelar, cadernos de caligrafia para colorir, mas não obtia muitos resultados. O aluno só produzia alguma coisa quando tinha vontade, e depois que o seu choro e gritos cessavam, agia como se nada estivesse acontecido. Sentava em sua cadeira e ficava de cabeça baixa em determinados momentos o que nos levou a observá-lo mais no âmbito escolar. No que se refere as didáticas relacionadas ao ensino, Janaira Silmara Silva Ramos, diz que:

“O professor deve perceber as diversas relações sociais entre as crianças e também os gostos e necessidades individuais e coletivas. A rotina deve ser planejada, porém flexível, devendo envolver o cuidado, o ensino e as especificidades imaginativas da criança.” (RAMOS, 2011, p. 98).

Percebe-se que o garoto ao qual vamos dá um nome fictício, José, se desenvolvia melhor em certas disciplinas e em outras ele não expressava interesse algum. Como exemplo, na disciplina de história e geografia, José não abria o livro didático e a professora não conseguia lidar com aquela situação por conta de não poder interromper sua aula para oferecer atenção total ao aluno, porém nas disciplinas de português e matemática onde se era trabalhado textos, imagens, materiais produzidos pelas crianças, o menino aparentava ser mais atento e participativo. O que nos deu a concluir que a forma como a aula era ministrada e os assuntos das matérias, faziam diferença nesse processo de desenvolvimento do garoto.

Considerando o que já foi abordado, podemos destacar que os comportamentos da criança em seu âmbito educacional, podem partir pela perspectiva de diversos fatores, como: a falta de autonomia da criança (onde ela não tem chance de intervir expressando seu posicionamento em determinadas situações), a importância do cuidar e educar (já que a criança a partir do momento em que se entra no ensino fundamental não é mais vista como um ser que necessita de cuidados), seu processo de transição do ensino infantil para o fundamental, entre outras problemáticas que vão além do que está sendo abordado neste trabalho. Essas questões podem ser agentes causadores dos problemas da falta de vontade para se frequentar a escola ou perda de interesse por essa fase educacional situada em uma instituição de caráter educativo.

Trazendo para a problemática, questões que possam interferir no desenvolvimento do aluno, envolvemos o texto (des)organização do tempo pedagógico na educação infantil, de Janaina Silmara Silva Ramos (2011). A autora traz reflexões a respeito do tempo pedagógico infantil, onde em algumas instituições a rotina deveria ser uma âncora, mas parece uma camisa de força, por conta do tempo que deve ser cumprido rigorosamente em cada atividade que os alunos executam. Não sendo consideradas as especificidades da criança. Sendo assim, Ramos, destaca:

“Estas atividades são cronometradas e subdivididas em atividades pedagógicas e atividades de socialização, empobrecendo, assim, a compreensão de rotina na Educação Infantil, por tratar as atividades de higiene da criança como destituídas de valor pedagógico e de relações socioculturais.” (RAMOS, 2011, p.99).

Essas atividades além de ter o controle do tempo, podem trazer diversos pontos negativos no que se refere a participação da criança e a qualidade do que está sendo executados por elas. Como exemplo, a questão da higiene, se faz necessário que seja feita pelas crianças e que não haja intervenções de adultos nesse momento, fazendo com que elas se tornem responsáveis, promovendo principalmente sua autonomia.

No contexto da escola, lócus das observações, foram feitos alguns levantamentos sobre essa condição e foi observado que a maioria das crianças da sala em que investigamos, sentem falta dessa autonomia sobre suas próprias vidas no ambiente educacional; sendo norteadas sempre pela professora, esse processo de participação como agentes construtores dos seus próprios saberes acaba que não acontecendo da maneira em que era pra ser. Janaina Ramos cita como exemplo o momento da alimentação:

“Já no momento da alimentação, que também deve ser prazeroso e agradável, o educador pode organizar uma outra oportunidade de socialização das crianças através

das conversas informais também promovendo a autonomia na hora da escolha dos alimentos e da quantidade a ser ingerida, pois em certos momentos algumas crianças se recusam a alimentar-se, seja para gerar tensão ou chamar a atenção dos adultos, ou por estar distraída, ou ainda ter problemas de saúde. ” (RAMOS, 2011, p. 101).

Dessa forma Ramos nos mostra que qualquer momento do cotidiano escolar pode ser uma oportunidade para que o educador permita aos alunos o exercício da sua autonomia, já que a criança tem essa necessidade de se sentir “alguém” no seu espaço educacional, pois buscam essa sensação de liberdade que na maioria dos casos, não são obtidas em seu meio familiar, pela falta de credibilidade que os pais depositam nas mesmas, não acreditando que os indivíduos podem ser construtores do seu próprio saber e de suas próprias experiências. Em relação ao tempo cronometrado pra tudo, podemos observar em relação do tempo para a alimentação, que dura cerca de 15 minutos, por conta do intervalo de meia hora. Esses 15 minutos destinados à alimentação, ao invés de ser um momento agradável em que o aluno se sintam mais relaxado, não passa de uma tremenda pressão em si mesmo. Pelo fato da pressa das crianças em comerem rápido para aproveitarem seus outros 15 minutos restantes, brincando.

A sala de aula observada compreende-se o 2º ano do ensino fundamental, onde tivemos acesso ao plano de aula semanal, analisamos a rotina da criança e percebemos que não havia qualquer momento destinado a brincadeiras ou atividades recreativas. O que nos faz voltar para a abordagem de Gizele de Souza (2008), quando aponta a criança em seu processo de transição do ensino infantil para o ensino fundamental, onde a mesma já não é mais vista como um ser que precisa desenvolver o lúdico em seu âmbito educacional por não considerarem mais a importância do brincar como algo educativo.

Diante das abordagens anteriores citadas, o que nos chamou atenção foi a disciplina de música, que era ministrada para preencher horários nos quais poderiam ser destinados a atividades lúdicas, de modo que os alunos não enxerguem a sala de aula como um espaço também de brincadeiras o que nos leva a refletir se de fato o tempo programado pelas instituições de ensino são realmente necessários.

Conclusão

Desse modo diante das abordagens mencionadas, nota-se que os estudos acerca da Educação Infantil e o Ensino Fundamental têm importantes influências em todo ambiente escolar, assim como os compromissos que devem ser estabelecidos afim de que essa etapa da educação básica seja reconhecida plenamente.

Além de todas as especificidades da criança, tendo ela como um sujeito de direito, autônomo e criativo, e assim que todos os cuidados praticados no ensino infantil sejam de fato praticados e perpetuados no Ensino Fundamental. O cuidar e educar são práticas indissociáveis, sendo então entrelaçadas, exercendo uma suma importância para o desenvolvimento pleno da criança.

As instituições de Ensino Infantil dispõem de um espaço da sala de aula, com materiais utilizados pelos professores nas atividades desenvolvidas pela própria instituição que têm muitas dessas atividades um caráter mais disciplinador e dominador, impossibilitando o êxito no processo de aprendizagem, acarretando diversas situações e problemáticas, envolvendo a criança como foi abordado no estudo de caso.

A partir das perspectivas analisadas em uma instituição no município de Rio Branco, percebemos que as práticas relacionadas com a desorganização do espaço e a vigilância do professor, também podem ser vistas nos dias de hoje, a transição do Ensino Infantil para o Ensino Fundamental é fator que tem muita relevância, a adaptação torna-se difícil pois os olhares para com as crianças não são os mesmos, dificultando essa adaptação. Os alunos ainda são vistos como sujeitos sem autonomia, e precisam a todo instante preencher de certo modo o tempo ocioso, portanto nos levando a refletir sobre os nossos olhares sobre essa a fase pela qual a criança está na Educação básica.

Referências Bibliográficas

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?**

Florianópolis, Editora Perspectiva V. 17, 1999.

SOUZA, Gizele de. **Educação da Infância-estar junto sem ser igual: Conflitos e alternativas da relação da educação infantil com o ensino fundamental.** Curitiba, Editora Educar, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Salas de aula de escolas infantis: domínio da fila, tempo de espera e falta de autonomia da criança.** Nuances - vol. V- jul. de 1999.

RAMOS, Silmara Silva, Janaina. **(Des)organização do tempo pedagógico na educação infantil.** Natal – RN, v. 2, n. esp, jun. 2011.